



Handwritten initials/signature in the top right corner.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MAIORCA

ATA Nº 08

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, reuniu no salão nobre da Junta de Freguesia, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Maiorca. =====

Estiveram presentes os seguintes Deputados: Partido Socialista (PS), António Simões de Jesus (Presidente da Assembleia), Dina Paula Dias Cação Nascimento (Segunda Secretária da Assembleia), José António de Oliveira Santos (Primeiro Secretário da Assembleia), Filipe Manuel Fadigas Rodrigues e Paula Cristina de Almeida Costa; Formação Figueira a Primeira (FAP), César Manuel Nogueira Madaleno Galocha e Sónia Carina Santos Oliveira; Partido Social Democrata (PSD) Guida Maria Silva Freitas. =====

Esteve ausente o Sr. Deputado pela FAP, Carlos José Fernandes Costa, tendo enviado justificação. =====

Após verificação de quórum, o Sr. Presidente, António Simões de Jesus, deu início à sessão. =====

A - Período antes da Ordem do Dia: =====

1. Aprovação da ata anterior. =====

Aprovada por unanimidade a ATA nº 07. =====

2. Leitura do expediente. =====

Convite para o 2º Capítulo da Confraria do Arroz a 17 de setembro, na qual o Sr. Presidente esteve presente. Convite da U.F. Maiorquense para estar presente no encontro de bandas a realizar-se a 09 de outubro. =====

3. Assuntos gerais de interesse da Freguesia. =====

Aprovado por unanimidade o texto previamente enviado a todos os Deputados, sobre o voto de pesar pelo falecimento da Srª Dª Maria Aline Oliveira Pedroso Capitão; documento que se anexa à presente Ata. O Sr. Presidente enviará ofício à família com o documento supra, bem como, o mesmo será publicado na página oficial da Freguesia. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Alertou para as contínuas avarias dos semáforos, as quais provocam graves constrangimentos ao trânsito. =====

Presidente JFM Rui Ferreira: Sempre que avariam, a Junta informa a Câmara Municipal, Eng. José Andrade. Este, informou que estão a envidar esforços, no sentido de resolver os problemas técnicos que provocam o recorrente mau funcionamento do equipamento. =====

B - Período da Ordem do Dia: =====

4. Discussão e aprovação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento do ano 2022. =====

Aprovado por unanimidade. =====

5. Informação do Presidente da Junta sobre a atividade do executivo. =====

Presidente da A.F. António Jesus: Questionou o Sr. Presidente da Junta se já tinha enviado o documento com o resumo da atividade do trimestre anterior para anexar à Ata 07, o qual, à data, ainda não foi entregue. =====



Presidente da Junta, Rui Ferreira: Apresentou a atividade do executivo do trimestre, o qual, posteriormente, será anexo à presente Ata, tendo abordado os seguintes temas: ATL de Verão; início da época escolar, ATL e CAF; serviços exteriores executados pelos funcionários da Junta e os funcionários protocolados via IEF, com intervenções no âmbito da delegação de competências e das competências próprias da Junta; intervenções da equipa figueira norte da Câmara Municipal; efetuadas intervenções pontuais de limpeza, aquando de eventos próprios ou de associações/coletividades; presença, sempre que convidados, em eventos na Freguesia, bem como apoios aos mesmos; situação do telheiro do espaço protocolado aos escuteiros; informou ainda que na reunião da Assembleia Municipal do dia anterior, o Sr. Presidente da Câmara não respondeu a uma pergunta de um Sr. Deputado Municipal do PS, sobre as obras planeadas da nova sede da Junta de Freguesia e do Posto Médico; não foi também obtida resposta sobre as obras de requalificação da piscina, nem sobre a execução do orçamento participativo Artes e Ofícios; aquisição de uma carrinha; participação na festa das Freguesias. =====

6. Esclarecimentos do Presidente da Junta sobre dúvidas e afirmações insinuosas sobre o funcionamento da Junta de Freguesia. =====

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, este esclareceu que vai ler e distribuir pelos Srs. Deputados, dois documentos que pretendem responder a um documento anónimo que circulou em papel e foi colocado nas redes sociais, com insinuações, calúnias e falsidades sobre o seu desempenho como Presidente de Junta. Documentos que se anexam. =====

Deputado (FAP) César Galocha: =====

a) Desconhecendo o referido documento anónimo, repudia estas iniciativas covardes e ofensivas dirigidas às pessoas com algum poder de decisão em Maiorca. Contudo, trazer este assunto para a Assembleia de Freguesia, não faz grande sentido responder a este tipo de coisas anónimas nesta Assembleia. No entanto, só demonstra a falta de carácter da ou das pessoas em causa. Relembra de que também as iniciativas do Sr. Presidente da Junta, relativamente ao Sr. Presidente da Câmara, não têm sido nada agradáveis, daí, vai-se semeando e depois colhe-se o que se semeia. =====

b) Relativamente ao Posto Médico, refere que há uma teimosia histórica, já que existe um protocolo da Câmara (PS), aquando da construção do centro de Saúde de Alhadas em que há um compromisso de levar todos os utentes de Maiorca para as Alhadas. Passados estes anos todos, sonhar com outra situação, será muito complicado, até porque é um investimento de cerca de meio milhão de euros, demasiado para o número de utentes atual. Propõe uma ação de sensibilização no sentido do regresso dos utentes e assim justificar este investimento. =====

c) Em vez do Posto Médico, porque não direcionar investimentos para habitação local destinada aos jovens de Maiorca. Não há uma resposta nas zonas rurais, em termos de habitação, para as necessidades locais, incluindo nesta temática, a própria Câmara. Há apoios estatais nesse sentido, a quase cem por cento. Assim, há que redefinir a estratégia seguida. =====

d) Sobre os outros pontos, refere que são de “lana caprina”, sobre os quais não comenta. =====

Deputada (PS) Paula Costa: Contrariamente ao Sr. Deputado César Galocha, relativamente aos outros pontos, acha que são importantes, mormente o que se refere ao ATL de Verão. Enquanto membros desta Assembleia, devemos ouvir e esclarecer os cidadãos. Dado o teor das acusações feitas ao Sr. Presidente, as respostas devem ser dadas, já que as pessoas não dão a cara, mas divulgam nas páginas pessoais, levando os cidadãos a comentar sem terem acesso ao contraditório. No caso específico do ATL, segundo os comentários, não entenderam, na altura, porque não abriu. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Solicitou a anexação destes documentos à ATA, o que foi prontamente informado pelo Sr. Presidente da Assembleia que o iriam ser. =====

Deputada (PSD) Guida Freitas: “Quando se dizemos o que queremos, ouvimos o que não gostamos”. É um bocadinho irónico, escrevendo o que o Sr. Presidente escreve na página pessoal e muitas pessoas não

AL
SM

compreendem o intuito dessas intervenções. Contudo face às provocações, entende que o Sr. Presidente tem todo o direito de se defender. Não compreende como as pessoas podem ter este tipo de atitudes sem assinarem e sem darem a cara. Para que o Sr. Presidente não ande na boca do Povo, e após estes esclarecimentos, deve parar por aqui. O que está feito, está feito. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Com carácter irónico e para não levar a mal. O Sr. Presidente tem o direito à resposta, mas sendo registada em ATA, todas as ATAS devem ser publicadas para que possam ser lidas, já que continua à espera de as ler publicamente no portal da Junta. =====

1º Secretário da Assembleia, José Santos: Informou o Sr. Deputado de que as ATAS da Assembleia estão todas publicadas na página da Freguesia, tendo mostrado ao Sr. Deputado a página on-line, com as ATAS. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Retirou o que disse, afirmando que já há muito tempo que não ia ao Site da Freguesia, devido à frustração que tinha tido da mesma, já anteriormente manifestada. =====

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Rui Ferreira. =====

Não tem página política e o que apresentou, é uma resposta a quem não vem às Assembleias, onde tudo pode ser questionado e devidamente esclarecido. Mesmo na minha página pessoal, já há muito tempo que não escreve nada que possa perturbar quem quer que seja. De qualquer forma, foi eleito para defender a Freguesia, não sendo submisso nem pobre à espera de esmola, porque a Freguesia de Maiorca não precisa de esmolos. Precisa de investimentos, acordados, protocolados, assinados, aprovados e votados em Assembleia Municipal. A Freguesia tem mais de um milhão e duzentos mil euros nas grandes opções do Plano Municipal, que contempla a reconstrução do edifício Casa da Praça, como sede da Junta e o Posto Médico. A Senhora Vereadora Olga Bráz, em finais de 2021 disse, publicamente e aos órgãos de comunicação social, que o Posto vai ser feito e que em vez de um, vai ter dois gabinetes médicos. Entretanto, já passou um ano. O protocolo anterior, foi feito pelo Sr. Presidente da Câmara João Ataíde e pelo Sr. Presidente da Junta, Filipe Dias, em 2014, para a construção da extensão de saúde das Alhadas. A partir de dois mil e dezassete, eu e o executivo, tivemos quatro reuniões na ARS onde, nem por uma única vez foi sequer mencionado o encerramento do Posto Médico de Maiorca. O que houve foram ações de campanha da FAP, a dizer que iriam haver mais médicos e até iriam abrir um Posto Médico em Sto. Amaro da Boiça. A Câmara só não constrói se não quiser, no orçamento municipal de 2022, aprovado, consta a atribuição de quinhentos e trinta mil euros para a sua concretização. Agradece a sugestão do Sr. Deputado César Galocha sobre a sensibilização para que os utentes regressem, mas discorda dos pressupostos, ou seja, os utentes só regressarão se forem criadas as condições, nomeadamente a construção do novo Posto Médico, em qualquer espaço, não necessariamente o que está já planeado. Se o Executivo Municipal quer desistir do Posto Médico de Maiorca, que o assuma. A ARS aprovou o projeto. A “bola” está do lado do Executivo Municipal. Este executivo não está disponível para abdicar deste serviço público. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Reconhece o esforço, mas não se pode imputar todas as responsabilidades ao Município. Efetivamente, a FAP teve como bandeira o esforço de munir a comunidade com esses serviços médicos, esse tem sido o esforço da Sra. Vereadora. A ARS é que apresentou o protocolo e não está disponível para renegociar o mesmo. O que ouve dizer e o que lhe dizem, é que o Município não vai avançar com este investimento, porque foi confrontado pela ARS com o referido protocolo. O que também ouve dizer é que os utentes de Maiorca, não são bem atendidos nas Alhadas; é a voz do Povo. A população devia estar sensível a retornar a Maiorca e assim exigir de facto o investimento, do qual pessoalmente, discorda. Muitos dos utentes inscritos nas Alhadas, acabam por ir a Buarcos, devido ao mau serviço prestado. Há que arranjar argumentos para ser uma alternativa ao mau serviço prestado nas Alhadas e que justifique o investimento.

Presidente Rui Ferreira: =====



56

a) Este executivo e os Membros do Partido Socialista desta Assembleia, de forma alguma abdicarão da construção ou da requalificação do Posto Médico. No seguimento das palavras do Sr. Deputado, vai solicitar uma reunião na ARS e convida os Srs. Deputados a estarem presentes, para esclarecer a situação impeditiva abordada pelo Sr. Deputado. Todas as pessoas com quem fala e se expressam na Junta, dizem que voltarão imediatamente para Maiorca, assim que forem criadas as devidas condições. =====

b) As instalações da sede da Junta de Freguesia, são as piores de todo o Concelho. Foram feitos investimentos avultados pelo Município em todas as outras sedes e Maiorca ficou para trás. Ainda não houve uma conversa com o Sr. Presidente da Câmara sobre esse e outros assuntos. Continuo a aguardar. A não haver o investimento necessário à recuperação da Casa da Praça, via Município ou outra, a solução é a sua alienação, já que o avançado estado de degradação não permite protelar a situação em que está. Ou, se o Município tiver uma proposta de investimento para o transformar em habitação, adquiro-o e faz as obras necessárias para esse fim. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Há coisas que o Sr. Presidente mencionou, que custam a aceitar. A Câmara, o presente executivo, contactou a Junta para identificar património que poderia ser sujeito a reabilitação ou integração nos projetos de reabilitação financiados pelo IRU para rendas acessíveis ou habitação social? =====

Presidente Rui Ferreira: Nem eu nem o restante executivo, têm conhecimento de qualquer contacto sobre o que se refere. =====

Deputado (FAP) César Galocha: =====

a) Ouviu dizer que a Câmara contactou as Juntas no sentido de serem identificados edifícios e património que pudessem ser intervencionados via programas do IRU. Havendo esses programas a nível nacional, a Junta devia ter um técnico que estivesse atento a todos estes programas, sendo a Junta uma autoridade autónoma que lhes pode ter acesso. Dado que o executivo não teve conhecimento, vai averiguar junto da Câmara. =====

b) Em Maiorca, não há comissão social, porquê? parece que não estão interessados em fazer coisas que estão na lei. =====

c) O Sr. Presidente tem-se queixado dos problemas de comunicabilidade entre as duas instituições, mas, lendo o ofício enviado à Câmara, este tem um carácter impositivo e não negocial. Se se querem ter respostas concretas, tem que haver um ambiente negocial e não impositivo. =====

Presidente Rui Ferreira: O que está no ofício é um pedido de avaliação. “Solicita-se a avaliação pelos Serviços Municipais...”. É um pedido de avaliação relativamente ao auto de delegação de competências. Do contratualizado com a Junta de Freguesia, só foi executado pela Câmara Municipal, cerca de dez por cento. O Sr. Deputado inverta os papéis, é presidente da Junta e a Câmara é do Partido Socialista. Se se visse nestas condições, ou seja, do programado a executar em 2022, só dez por cento foi concretizado, como reagiria, em termos negociais? Não se pode comparar esta Freguesia com a de Tavarede e a de Buarcos São Julião, em que a manutenção é toda feita pelos diversos serviços camarários. Sendo o FEF inteiramente para pagamento de salários, o valor da delegação de competências não chega para manter os serviços da Junta, como seria desejável, incluindo o ATL e cantina. Possivelmente teremos que despedir funcionários.

Deputado (FAP) César Galocha: Se calhar seria a melhor solução. =====

Presidente Rui Ferreira: Ainda bem que foi o Sr. Deputado que o disse. =====

Presidente da Assembleia: António Jesus: =====

a) Sei que houve uma campanha, nomeadamente por uma funcionária, a mando da diretora, prometendo médico para todos os que se mudassem para as Alhadas. =====



42

b) O protocolo diz que é para manter as áreas limpas, mas não refere quantas vezes deve ser feito. É para manter e se a Junta não tem condições financeiras, para por meios próprios ou outros, executar o protocolado, tem que haver um entendimento entre a Junta e a Câmara. =====

7. Evocação dos 80 anos do nascimento de Manuel Marques Sardão. =====

Presidente da Assembleia: António Jesus: No próximo dia 8, far-se-á a homenagem programada em Sto Amaro. Hoje foram enviados os convites e distribuído o programa. Continuou com a explanação detalhada do programa de atividades. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Relativamente ao assunto, deu os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia, pelo trabalho realizado. =====

Deputada (PS) Paula Costa: Felicita o trabalho. Relativamente às flores, a coroa ofertada pelas pessoas de Sto. Amaro será colocada junto ao monumento? Quanto à palma, a colocar junto à campa, como será? Quanto aos apoios que serão da Junta e da Câmara, como estarão distribuídos? =====

Presidente da Assembleia, António Jesus: A palma será ofertada pela Assembleia, fica ao critério de cada um, compartilhar. Quanto ao apoio da Câmara, será o pagamento da pedra e respetiva gravação, por cerca de mil e quatrocentos euros mais Iva. A Junta assume o pagamento da banda filarmónica, por cerca de trezentos euros, caso a Câmara não apoie, bem como o lanche para a filarmónica e convidados.

Presidente Rui Ferreira: De salientar que felizmente há gente viva a recordar os que já morreram, já que nem toda a gente tem a perceção de quem foi o Manuel Marques Sardão. A Câmara assumiu os valores, transferindo para a Junta o valor a pagar aos fornecedores. O Município fará também a requalificação do cruzeiro abalroado recentemente e a pintura do muro adjacente. O Sr. Arlindo Cantante disponibilizou a água necessária à limpeza do muro. =====

Deputado (FAP) César Galocha: Cedência do espaço circundante para fins comerciais em demérito para com os beneméritos da água. O espaço é alugado, concessionado..... =====

Presidente da Assembleia, António Jesus: Santamarenses abordaram a questão, tanto os beneméritos, como outros, alegando, com alguma razão, que é um espaço de homenagem, sendo utilizado para um mercado. Até já se dirigiram ao Sr. Presidente da Junta expondo a situação. =====

Presidente Rui Ferreira: É um aluguer de espaço público, que já vinha do mandato anterior a dois mil e dezassete. É o único espaço em Sto. Amaro, onde se pode disponibilizar o acesso ao sector frutícola e frutífera, por um comerciante de Sto. Amaro. Não havendo alternativa viável, não seria de bom tom a proibição após todos estes anos de ocupação. De qualquer forma, se o comerciante lá não estiver, teremos ali um parque de estacionamento. A proibir o estacionamento, seria negativo, quer para residentes quer para os outros comércioos. São duas manhãs por semana de ocupação e que beneficia muito a população mais envelhecida, na aquisição dos bens disponibilizados. Solicitámos à Câmara inibidores de estacionamento, de forma a evitar que camiões de grande porte estacionem no local e muitas vezes em cima do passeio. =====

8. Período destinado à intervenção do Público. =====

Freguês José Carvão: =====

a) Na qualidade de Deputado Municipal pelo Partido Socialista, informou que fez uma intervenção na Assembleia Municipal, sobre o orçamento não cumprido pela Câmara, relativamente a Maiorca. =====

b) Festimaiorca, é uma grande organização que honra o nosso País. =====

c) Sobre as festas, não realizadas em Maiorca, em destaque pelo documento anónimo que circulou nas redes sociais. Não houve de qualquer força política concorrente à Freguesia de Maiorca, o propósito de realizar a Findagrim. Todas as festas que se fazem pelas freguesias, são maioritariamente da responsabilidade de comissões de festa. =====



d) Relativamente ao Posto Médico, salientou que é uma luta contínua desde o último executivo e que jamais aceitará o encerramento do mesmo. =====

Freguesa, Maria José Sousa: O ponto de venda em Sto Amaro, não é descabido porque há muitas situações, por exemplo em festas religiosas em que há vendedores junto aos locais. Seria interessante fazer um tipo de referendo em Sto Amaro de quem está a favor ou contra o espaço comercial referido. É salutar ouvir as duas partes. Nesta altura do mundo, os vendedores ambulantes, são muito importantes, em muitas localidades. As lojas ou estão fechadas ou são mesmo inexistentes, sendo eles, vendedores ambulantes, que estabelecem a ligação com o mundo exterior, prestando até outro tipo de serviços às populações envelhecidas. Ninguém desdenha ou desonra o simbolismo do monumento, mas presta-se um serviço inestimável à população. Tem que haver um equilíbrio e uma ponderação do essencial. Ao existir aquele ponto de venda e encontro entre pessoas oriundas de diversas localidades, acaba também por beneficiar o comércio adjacente e criar um ambiente de vivência em comum. =====

Deputado (FAP) César Galocha: O programa de campanha da FAP Maiorca, faz referência à Feira Agrícola de Maiorca (aparte do Sr. José Carvão, que alertou que não é à Findagrim) e ao consumo de produtos endógenos. Estando ainda em andamento o protocolo do Museu do Arroz do Baixo Mondego, na Quinta de Fôja. A Findagrim teve um histórico um bocado acidentado, daí não nos termos associado ao nome. Promoção de Maiorca através de uma Festa da Freguesia e de uma Feira Agrícola. =====

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. =====

Maiorca, 30 de setembro de 2022

O Presidente:

António Almeida

O 1º Secretário:

Jesus António de Sousa

PROPOSTA

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA ALINE OLIVEIRA PEDROSO CAPITÃO

Apresentada pela eleita pelo Partido Social Democrata na Assembleia de Freguesia de Maiorca e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária deste Órgão, realizada no dia 30/06/2022.

“No dia 24 de Junho, faleceu Maria Aline Oliveira Pedroso Capitão, com 51 anos de idade.

Nascida e criada no lugar de Casais de Baixo, da freguesia de Maiorca, desde a sua juventude que revelou ser uma maiorquense de alma e coração.

Uma mulher de sorriso fácil e de uma alegria contagiante.

Uma cidadã que se dedicou empenhadamente e participou ativamente na realização de praticamente todos os eventos organizados pelas diversas entidades desta freguesia, ao longo da sua vida.

Destacou-se por ter sido um exemplo de cidadania.

A Assembleia de Freguesia de Maiorca, reunida a 30 de Junho de 2022, aprova um voto de pesar pela morte de Maria Aline Capitão e apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.”

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA,

António Simão de M

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Maiorca,
Exmos. Srs. Deputados da Assembleia de Freguesia de Maiorca,
Exmos. Membros do Executivo da Junta de Freguesia de Maiorca,
Estimado público presente,

Maiorca, 30 de setembro de 2022

- Sobre Cartas anónimas, de cariz ofensivo, duvidoso e absolutamente cobarde, distribuídas anonimamente por algumas residências da freguesia e publicadas em algumas páginas pessoais no Facebook, apraz-me comunicar e esclarecer todos os maiorquenses que possuam todo e qualquer tipo de dúvida sobre as insinuações descabidas.

Assim, para que dúvidas não existam e possuindo este órgão competências para todo e qualquer esclarecimento, seguem as seguintes constatações relacionadas sobre quaisquer das dúvidas expostas:

1. REGIME DE PERMANÊNCIA DO PRESIDENTE DA JUNTA:

É totalmente falso que eu, Rui Pedro Pinto Ferreira, Presidente de Junta de Freguesia de Maiorca me encontre em regime de tempo inteiro. À data, encontro-me em funções em regime de meio tempo, regime atribuído pelo Governo a partir de 01 de janeiro de 2022 a todos os presidentes de todas as juntas de freguesia deste país. Anteriormente a esta atribuição governamental, encontrei-me em regime de meio tempo desde 01 janeiro de 2020, deliberado pelo executivo de então.

2. FINDAGRIM:

É totalmente falso que em tempo algum, enquanto Presidente de Junta, tenha feito referência ao “fim” da FINDAGRIM. Aguardamos sim, eu e este executivo, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, venha a reunir connosco, para a busca de várias respostas sobre os mais diversos temas e assuntos, sendo um dos quais, a realização da FINDAGRIM num futuro próximo.

Referente aos valores negativos da FINDAGRIM, nos anos 2018 e 2019, fez o executivo anterior questão de os apresentar neste mesmo órgão e perante a CMFF, aquando do fecho de saldo contabilístico. Os mesmos valores constam nos Relatórios de Contas desta junta de freguesia e foram aprovados nos anos em causa, por este mesmo órgão. A referir que nas edições anteriores da FINDAGRIM não existiram apresentações públicas, ou outras, dos resultados financeiros do certame.

A salientar também que não constou no programa de campanha do PS, nem de nenhum outro de outras forças partidárias concorrentes a este órgão nas eleições autárquicas de 2021, quaisquer referências à realização da FINDAGRIM.

3. PISCINA MUNICIPAL DE MAIORCA:

É totalmente falso que a Piscina Municipal de Maiorca, repito, Piscina Municipal esteja encerrada por falta de manutenção. Na assembleia de freguesia passada, apresentei dados e datas sobre a gestão da Piscina de Maiorca, e resta-me referir apenas que toda e qualquer obra estruturante na Piscina Municipal de Maiorca é da total responsabilidade da CMFF, que foi informada antes da época balnear de 2021, da

necessidade de obras profundas, para que o correto funcionamento da piscina fosse possível em 2022.

4. ATL Verão:

O ATL de Verão tem um período de funcionamento obrigatório pelo estado, que exclui o mês de agosto, na sua totalidade. Pela ausência da piscina municipal de Maiorca e pela necessidade de gozo de férias de alguns funcionários da JFM, alguns destes com dias em défice ainda do mandato anterior a 2017-2021, optou este executivo por ter o ATL de Verão em funcionamento apenas no período legal e obrigatório.

A salientar, o ATL de Verão da Freguesia de Maiorca é provavelmente o mais económico do Concelho da Figueira da Foz e todo o esforço financeiro que permita o seu funcionamento em Agosto, recai em saldo negativo nas contas da JFM. Ainda assim, tivéssemos a Piscina em funcionamento e teríamos o ATL aberto, pelo menos em metade do mês de Agosto, tal como habitual de há uns anos para cá.

5. PARQUE DO LAGO:

O Parque do Lago tem sido alvo constante de manutenção, com a introdução de espécies de plantas raras e endógenas, conjuntos de mesas e reparações aos equipamentos existentes.

Inevitavelmente, reconhecemos que a amplitude do espaço em causa e as condições climatéricas atuais, dificultam a manutenção adequada e exemplar do espaço.

Com o apoio municipal atribuído para o efeito (em anexo enviamos ofício 57/2021 com valores e fórmulas de atribuição dos mesmos), no valor total de 17.331 € para todos os espaços verdes contemplados no protocolo, será de todo impossível a obtenção de um padrão de imagem altamente turística, visto que somente os cerca de 39.600 m² deste espaço (e não os 20.000 m² descritos no protocolo), requeriam um valor de apoio anual mínimo de 11.880 €/ano (0,30 €/m²).

Aliás, este espaço devia estar obviamente contemplado dentro dos valores de manutenção regular (0,69€/m²), perfazendo um valor anual de apoio de 27.324 €, que seguramente ia permitir a contratação de empresas especializadas para o efeito, colocando o nosso espaço num patamar de visibilidade absolutamente enriquecedor para o nosso Concelho.

Também sobre a manutenção deste espaço aguardamos a reunião com o Sr. Presidente da CMFF.

6. ESTALEIRO:

A Junta de Freguesia, no mandato 2017-2021 desmantelou em absoluto o rudimentar, inseguro e absolutamente desprestigiante estaleiro existente (se é que de forma alguma se podia chamar de estaleiro um espaço aberto, cercado por grades e rede verde, sem um mínimo de condições para funcionários e trabalhos), situado junto ao Largo da Feira Nova.

Procedeu o executivo anterior à busca de um espaço digno e adequado para o efeito, com as dimensões necessárias para a correta manutenção, preservação e segurança dos equipamentos adquiridos.

Alugou-se então uma fração (1/3) do armazém pertencente a Leonel Rodrigues, situado na Rua Serrado de Coimbra, no Arneiro de São João, pois não conseguiu o executivo encontrar outro local que reunisse as condições e proximidade do espaço em causa.

O contrato inicial tinha um valor de renda inicial de 250 € mensais, num contrato de arrendamento registado e legal, que terminou em março de 2022.

Na execução de um novo contrato de arrendamento, passou o valor a ser de 350 € mensais.

Tentou ainda este executivo encontrar soluções ou alternativas mais económicas para colmatar ou reduzir o valor solicitado, mas infelizmente, nada mais funcional e apto para as necessidades foi encontrado.

7. EQUIPAMENTOS:

A salientar de imediato que aquando do início do mandato anterior, não possuía esta Junta de Freguesia um qualquer inventário deste tipo de qualquer tipo de equipamento, trator, alfaias, roçadeiras, etc.

A saber, é obrigação legal a existência de inventário de equipamentos, veículos e ferramentas.

Todo o material existente à data está inventariado e registado de acordo com a lei em vigor.

Tendo havido referência à troca de trator, apraz-nos informar que, o trator trocado no mandato anterior possuía já anomalias mecânicas que num curto espaço de tempo trariam despesas de manutenção pesadas e mais uma vez, para esclarecimento geral, foi parcialmente suportado com apoio municipal de 10.000 euros, em fim do mandato de 2013-2017 e com a constituição de um leasing, que foi pago na sua quase totalidade pelo executivo do mandato 2017-2021, visto que se encontravam 70% das prestações por liquidar.

O executivo de 2017-2021 entendeu pela aquisição de um novo equipamento, pelo valor de 47.890 €, mais robusto, seguro e resistente, tendo de novo um apoio de 10.000 € atribuído pelo município e constituindo um leasing para liquidação do restante valor, com início em 01.fev.2021 e findando a 01.fev.2026, ou seja, ficará integralmente pago nos 4 primeiros meses do mandato seguinte, sem provocar qualquer sobrecarga ou ónus a executivos futuros.

8. PORTÃO DO CEMITÉRIO DE MAIORCA:

A substituição do portão anterior deveu-se apenas e só ao facto de o portão em causa estar absolutamente degradado, sem condições de reparação e segurança adequadas ao espaço em causa. Houve ainda uma tentativa de reparação e recolocação do mesmo, mas não se verificaram condições de segurança e durabilidade, tendo-se optado pela produção e colocação de um novo portão.

A estética aplicada, agrada a alguns e desagradará a outros tantos, mas saliento apenas que excluindo a zona da gravação das letras e números, foi todo ele construído por voluntários, maiorquenses e colaboradores da JFM, cabendo-nos igualmente informar que o real valor de um portão, que fosse adquirido “pronto a instalar”, feito por medida numa qualquer serralharia especializada, iria rondar os 2.000 a 3.000 euros, tendo esta junta de freguesia consumido um valor aproximado de 700 euros, onde se incluem toda a mão-de-obra, materiais e aplicação no local.

A saber, o anterior portão do cemitério foi ainda alvo de reutilização, tendo sido contornadas questões básicas de segurança (altura e sistema de abertura), e foi aplicado no Largo da Feira Nova, vedando assim a entrada ao Depósito de Resíduos Verdes existente no local.

9. FEIRA DAS FREGUESIAS 2022:

A participação da Junta de Freguesia nas Feira das Freguesias, deveu-se apenas e só ao facto de nenhuma, repito, nenhuma associação da Freguesia ter aceite participar.

A saber, muito agradecemos a todos os voluntários e em especial ao CDRAF por todo o equipamento cedido. Também a saber, o resultado líquido positivo da participação foi de 8.500 euros, dos quais 5.000 euros foram de imediato aplicados na aquisição de uma carrinha comercial, visto que a existente, carecia de reparações profundas e informo a quem não saiba, foi adquirida e paga pelo anterior executivo, visto que esta junta, ao contrário de todas as juntas deste concelho, repito, todas as juntas de freguesia deste concelho, não possuía nenhum veículo deste género.

10. POSTO MÉDICO DE MAIORCA:

Este tema por si só obrigava a mais do que um dia de intervenções.

A forma obtida para o seu precário e insuficiente funcionamento não prestigia a nossa freguesia, motivo pelo qual se encontra inscrita nas Grandes Opções de Plano e Estratégia Municipal, nos anos 2023-2024, a construção de um novo Posto Médico, projetado e orçamentado no ano 2021, em mais de 530.000 euros.

Também aguardamos reunião com o Sr. Presidente da CMFF para debater este assunto.

A saber, para quem possa interessar, o serviço prestado pelo Posto Médico de Maiorca é largamente apoiado pela Junta de Freguesia (pedido de receituário, por exemplo), e o serviço em causa apenas existe, repito, em formato deficitário, mas sendo o possível, porque este, e o executivo anterior não baixaram nunca os braços.

Caso contrário, nada existiria.

Nenhum serviço, em nenhum dia, em nenhuma hora.

Repito. Não existiria nenhum serviço de apoio médico na nossa Freguesia.

E não esperamos agradecimentos, pois só cumprimos as nossas obrigações.

Assim outros antecedentes a nós as tivessem cumprido, talvez em vez de tanto andaram preocupados com festas, e não chegaríamos hoje à situação que chegámos.

Sobre este tema, porque é público e sou detentor de um cargo público, não resido atualmente na Freguesia de Maiorca, nem me encontro inscrito no Posto Médico de Maiorca.

11. RELACIONAMENTO COM O MUNICÍPIO:

Antagonização com o Sr. Presidente da CMFF.

Sobre este tema, apenas e só me apraz dizer uma coisa.

Cada um de nós, enquanto cidadãos, tem o pleno direito de exercer a sua opinião, contraditória ou não à de outros.

Enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Maiorca tudo farei para o "bem" da minha Freguesia e seguramente o Sr. Presidente da Câmara da Figueira da Foz agirá de igual forma para todo um Concelho que o elegeu.

12. EXECUTIVO da JFM:

Cumprindo todos os parâmetros legais, efetuaram-se as alterações necessárias para o correto funcionamento da JFM e da Assembleia de Freguesia.

Todos, e por todos, tomo a liberdade de incluir todos os membros desta Assembleia e deste executivo, havemos apenas de querer o melhor para a nossa Freguesia, discordando-se por vezes do melhor formato ou desenvolvimento.

A isso, chama-se Democracia.

13. COMEMORAÇÕES:

Promoção de Comemorações de Dias Mundiais.

Um programa simples, que decorreu no primeiro semestre de 2022, que trouxe à renovada sede da Junta de Freguesia de Maiorca (disso, de obras e asphaltamentos e intervenções em diversos espaços públicos, disso, os autores anónimos não falaram) dezenas de visitantes e uma postura de qualidade e hospitalidade que tão bem nos define.

14. E não. Em Maiorca não está tudo bem. Muito há para ser feito.

Asphaltamentos.

Requalificações.

Obras.

Dezenas de pequenas e grandes “coisas”.

Mas isto caros Maiorquenses, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, está ao alcance, só e apenas do Município da Figueira da Foz.

Nós, atual executivo da JFM, tudo faremos ao nosso alcance em busca de uma melhor qualidade de vida em Maiorca, dentro das competências que nos são imputadas e em conformidade e responsabilidade para com o nosso povo.

Obrigado a todos,


Rui Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca